


**PARECER JURÍDICO PARA ARQUIVAMENTO**

 <p>SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUPRAM ASF</p>	<p><b>PAPELETA DE DESPACHO</b></p>	N. 114/2021
		Data: 17/06/2021
		Documento Siam n. <b>0279615/2021</b>
<p><b>Empreendedor:</b> Poliana Aparecida Miranda  <b>Empreendimento:</b> Agroindústrias e Pecuária Nossa Senhora do Pilar Ltda.  <b>Processo administrativo n.:</b> 18606/2010/001/2014  <b>CNPJ/CPF:</b> 08.362.059/0001-02</p>		<b>Município:</b> Pitangui-MG
<b>Assunto:</b> Arquivamento do Processo Administrativo n. 18606/2010/001/2014		
<b>De:</b> Márcio Muniz dos Santos – DRCP – Supram-ASF		Unidade Administrativa: DRCP – Supram ASF
<b>Para:</b> Kamila Esteves Leal - Superintendente Regional da Supram-ASF		Unidade Administrativa: Supram-ASF
<p>Senhor Superintendente,</p> <p>Cuida-se de parecer jurídico para subsidiar o arquivamento do processo em epígrafe, com fulcro na Resolução do Conama n. 237/97 e no Decreto Estadual n. 47.383/2018, haja vistas as seguintes considerações:</p> <p>Considerando que tramita nesta Superintendência Regional o processo administrativo n. <b>18606/2010/001/2014</b>, formalizado na Supram-ASF em 02/01/2014 (Recibo de Entrega de Documentos n. 0002127/2014), portanto, sob a égide da DN Copam n. 74/2004 (em voga à época) e tendo por interessada a empresa <b>Agroindustriais e Pecuária Nossa Senhora do Pilar Ltda.</b>, inscrita no CNPJ sob n. 09.362.059/0001-02;</p> <p>Considerando, para tanto, que o referido processo se trata do pedido de concessão da <b>Licença Ambiental concomitante para as fases de Prévia e de Instalação – LP+LI</b>, que visa regularizar as atividades de <i>criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte (extensivo) com 100 cabeças e a produção de carvão vegetal de origem nativa com aproveitamento de rendimento lenhoso, com produção nominal de 788,3046 mdc/ano</i>, enquadradas nos códigos G-02-10-0 e G-03-04-2, da DN n. 74/2004, e que enquadravam o empreendimento na classe 03, portanto, passível do licenciamento convencional (e não das Autorizações Ambientais de Funcionamento – AAF);</p> <p>Considerando que as atividades são desenvolvidas na propriedade denominada Fazenda Santiago, matrícula 39.983, situada na zona rural do município de Pitangui-MG;</p> <p>Considerando que, junto com o licenciamento, também foi formalizado o processo de AIA (APEF) n. 0006/2014;</p> <p>Considerando que, não obstante o processo ter sido formalizado com base na DN n. 74/2004, com o início da vigência da DN n. 217/2017 (revogou a primeira) se fez necessário oficializar a empresa para que apresentasse a documentação que viabilizasse a reorientação do processo para as novas modalidades de licenciamento ambiental, segundo a regra de transição preconizada no art. 38 da DN em vigor;</p> <p>Considerando, assim, foi encaminhado à empresa o Ofício Semad.Supram ASF n. 760/2018 – doc. Siam n. 0406383/2018, de 07/06/2018 (f. 183), sendo o mesmo respondido com a juntada de novo FCEI com os dados atualizados das atividades, consoante o protocolo R0141653/2018 (f. 185-196);</p>		

Considerando que, com essas novas informações foi constatado pela área técnica que o empreendimento deveria ser enquadrado, inicialmente, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado mediante Relatório Ambiental Simplificado – LAS-RAS, todavia, essa reorientação no SIAM somente se efetivaria após a conclusão do processo de DAIA pelo IEF formalizado no SEI n. 2100.01.0023901/2021-26, com base nas orientações do item 2.4.3 da IS Sisema n. 01/2018;

Considerando, aliás, que o presente feito não se trata de processo de licenciamento simplificado que foi formalizado sem regularidade da intervenção ambiental na vegetação nativa; mas de um licenciamento que tramita no Órgão desde 2014 e que foi afetado pelas alterações promovidas da DN n. 217/2017. Assim, esse processo não poderia ser arquivado em decorrência da ausência do DAIA, haja vista que à época de sua formalização era considerado um licenciamento convencional e que não se exigia a apresentação da regularidade da intervenção ambiental no momento de constituição do processo administrativo. Assim, não se aplica as disposições do art. 15, §único, da DN n. 217/2017, à bem da ampla defesa, contraditório e economia processual que perfilham o processo administrativo de licenciamento ambiental;

Considerando, todavia, que oportunamente houve a retificação dos parâmetros da atividade G-03-04-2 pela empresa, de modo que a sua produção anual de carvão foi reduzida ao patamar inferior a 500 mdc, notadamente, porque os valores de produção anual declarados no campo 07 do FCEI R427149/2013 (788.3046 mdc) serão, na verdade, fracionados ao longo do período do DAIA. Ou seja, àqueles valores acobertarão mais de um ano (03, conforme análise inicial do DAIA). Portanto, com esse parâmetro ínfimo a atividade deixa de ser licenciável pelo Órgão ambiental estadual, nos moldes da DN n. 217/2017 e de acordo com o despacho técnico de f. 210-v e o e-mail n. 30493675 (f. 211);

Considerando que, dessa maneira, já foi emitido pela empresa a Certidão de Dispensa de Licenciamento Ambiental para sua atividade agrossilvipastoril, antes mesmo da conclusão do processo de DAIA retro citado; fato que implica na perda de objeto do presente processo de licenciamento;

Considerando a confecção de planilha para apuração dos custos de análise nos autos do licenciamento (f. 213-213-A), na forma prevista pela Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam n. 2.125/2014; todavia, se trata de uma microempresa e, portanto, isenta dos mesmos, conforme resguarda a LC n. 123/2006;

Considerando a Instrução de Serviço Sisema n. 05/2017, editada em 27/04/2017 pela ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos, que disciplina o procedimento de arquivamento de processos de regularização ambiental;

Considerando, desta maneira, que a “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*” (Lei Estadual n. 14.184, de 31/01/2002), fato este consiste na completa perda de objeto por falta de interesse do empreendedor;

Recomenda-se:

1. O arquivamento do presente **processo administrativo n. 18606/2010/001/2014, haja vista a perda de seu objeto**, com a publicação deste ato nos meios oficiais e notificação da decisão ao empreendedor;
2. Deverá ser juntada nos autos a cópia da publicação do arquivamento do processo no Diário Oficial, devidamente cadastrada no Siam;
3. Deverá ser juntada no processo o ofício de comunicação à empresa sobre a publicação da decisão de arquivamento deste processo;

**4.** Aproveita-se o presente parecer para também mencionar que no SIAM constam cadastrados quatro processos técnicos - PT em nome da empreendedora Poliana Aparecida Miranda e do seu empreendimento Agroindústrias e Pecuária Nossa Senhora do Pilar Ltda., quais sejam, o próprio PT n. 18606/2010, o 24476/2010, 37625/2013 e 23311/2009. Ademais, embora conste o mesmo CNPJ (matriz) para todos esses cadastros, o que se nota é que são relativos a propriedades, em tese, distintas; de modo que deve ser procedida a respectiva correção.

A própria CNP citada nesse despacho e que foi emitida para a “Fazenda Santiago” (matrícula 39.983), carrega o CNPJ n. 09.362.059/0001-02 que é correlato, no caso, a matriz, que está sediada na “Fazenda Frazão”, também no município de Pitangui-MG, segundo consta no seu cartão CNPJ junto a Receita Federal do Brasil.

Esclarece-se, ainda, que no PT n. 24476/2010 está registrada a “Fazenda Buracão e Piol Velho” e consta uma CNP de n. 762347/2010 (já vencida). O PT n. 37625/2013 é referente a “Fazenda Santiago”, mas menciona outra matrícula, a de n. 40.817; além disso, nele consta o processo de outorga n. 12813/2020, com a renovação da respectiva Portaria deferida em 2021. Por fim, o PT n. 23311/2009 consta a “Fazenda Frazão” (portanto, a propriedade que de fato está vinculada ao CNPJ), na qual está cadastrado o processo de outorga n. 00039/2014 (em análise) e o PA n. 23111/2009/002/2014, que se trata de uma AAF emitida em 2014 e vencida no ano de 2018.

Ante essas informações, será o caso de oficiar a empresa para formalizar no Órgão ambiental os respectivos pedidos de atualização de seus dados para fazer constar em cada cadastro o respectivo CNPJ (filial), pois supostamente se tratam de estabelecimentos diversos, conforme inteligência da Instrução Normativa da RFB n. 1.863/2018. Especialmente, e se assim for o entendimento da URGASF, para promover a formalização do processo de retificação de Portaria de Outorga vinculada ao Processo 12813/2020.

Márcio Muniz dos Santos  
MASP 1.396.203-0 \* OAB/MG 148.907  
Diretor Regional de Controle Processual  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco

## ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente – Supram/ASF, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Papeleta de Despacho n.114/2021, que recomenda o arquivamento do feito pelos fatos e fundamentos legais expostos;

Considerando, desta forma, a regra prevista no 17, §3º, do Decreto n. 47.383/2018;

Considerando, por fim, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei Estadual n. 14.184, de 31/01/2002);

Determino, por ter obtido a Certidão de Dispensa de Licenciamento e, com isso, ocasionar a perda do objeto do presente feito, o **arquivamento do Processo Administrativo n. 18606/2010/001/2014**, sem análise de mérito, na titularidade de **Agroindústrias e Pecuária Nossa Senhora do Pilar Ltda.**, inscrita no CNPJ sob n. 09.362.059/0001-02, situada na Fazenda Santiago, na zona rural do município de Pitangui-MG

**Diante disso, adotem-se as seguintes providências:**

- a) Publique-se o arquivamento dos autos, com a devida notificação ao empreendedor;
- b) Deverá ser juntada nos autos a cópia da publicação do arquivamento da LP+LI no Diário Oficial, devidamente cadastrada no Siam;
- c) Deverá ser juntada no processo o ofício de comunicação ao Interessado sobre a publicação da decisão de arquivamento deste processo. Nesse mesmo ofício, a empresa deverá ser notificada para protocolar junto ao Órgão ambiental os pedidos para atualização e correção de seus dados cadastrais no SIAM e no SLA, conforme explanado na Papeleta de Despacho n. 114/2021.

Para tanto, a empresa em questão deve obter uma nova CNP relativa a Fazenda Santiago, matrícula 39.983, com o CNPJ vinculado a esse estabelecimento (filial), pois o CNPJ ora indicado é relativo a matriz situada em outra propriedade, na Fazenda Frazão. Da mesma maneira, deverá promover a correção nos PT's n. 18606/2010, 24476/2010 e 37625/2013 no SIAM (esse último, com a possibilidade de retificação da Portaria de Outorga do processo n. 12813/2020), sob pena de autuação na forma preconizada pelo Decreto n. 47.383/2018.

Divinópolis-MG, 17 de junho de 2021.

---

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Estado de Minas Gerais